

ATIVO	JUN/2017	JUN/2016	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	JUN/2017	JUN/2016
CIRCULANTE	763.624.832	697.314.003	CIRCULANTE	503.447.133	491.697.701
DISPONIBILIDADES	2.435.008	2.754.141	DEPÓSITOS	279.181.683	258.644.108
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	408.042.724	377.694.868	DEPÓSITOS A VISTA	96.600.103	103.819.002
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS	292.590.922	337.225.867	DEPÓSITOS A PRAZO	182.581.580	154.825.106
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS - LIGADAS	114.180.325	40.469.000			
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS - NÃO LIGADAS	1.271.478	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	351.871.060	316.025.572	REC. DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	106.502.532	112.986.337
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	379.951.932	335.992.400	OBRIG. POR EMISSÃO DE LETRAS CRÉDITO AGR.	106.502.532	112.986.337
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(28.080.872)	(19.966.828)			
OUTROS CRÉDITOS	727.309	500.261	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	98.989.338	102.705.848
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	185.925	198.819	REPASSES INTERFINANCEIROS	98.989.338	102.705.848
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(116.002)	(108.091)			
RENDAS A RECEBER	45.753	101.232			
DIVERSOS	611.632	308.301	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	340.950
			ORDENS DE PAGAMENTO	-	340.950
OUTROS VALORES E BENS	548.731	339.161	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	-	150.251
MATERIAL EM ESTOQUE	33.270	17.741	EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	-	150.251
DESPESAS ANTECIPADAS	515.462	321.420			
NÃO CIRCULANTE	80.618.082	69.811.983	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.773.580	16.870.208
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.436.665	33.792.926	COB. E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEM.	112.121	43.194
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.514.428	32.871.142	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	14.379.594	13.005.066
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	43.587.827	35.054.815	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	762.913	563.393
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(3.073.399)	(2.183.674)	DIVERSAS	3.518.952	3.258.555
OUTROS CRÉDITOS	922.237	921.785	NÃO CIRCULANTE	3.146.379	3.067.472
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA	920.354	920.354	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.146.379	3.067.472
OUTRAS	1.883	1.431	PIS - DEPÓSITO JUDICIAL	281.568	268.762
INVESTIMENTOS	22.338.432	18.478.635	COFINS - DEPÓSITO JUDICIAL	920.354	920.354
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	22.306.582	18.446.785	OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	688.933	678.433
OUTROS INVESTIMENTOS	31.850	31.850	PROVISÃO PARA GARANTIAS PRESTADAS	1.255.525	1.199.923
IMOBILIZADO	15.480.160	15.897.643	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	337.649.402	272.360.813
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.098.873	689.230	CAPITAL	238.030.506	192.303.617
IMÓVEIS DE USO	10.838.568	10.638.568	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	238.506.213	192.671.500
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	9.404.438	9.204.940	(-) CAPITAL A REALIZAR	(475.708)	(367.884)
(-) DEPRECIações ACUMULADAS	(5.861.720)	(4.635.095)	RESERVAS DE SOBRAS	65.891.598	51.528.184
INTANGÍVEL	1.362.825	1.642.778	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	33.727.298	28.529.013
ATIVOS INTANGÍVEIS	3.469.827	3.140.164			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.107.002)	(1.497.385)			
TOTAL DO ATIVO	844.242.914	767.125.986	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	844.242.914	767.125.986

Rio Verde - GO, 30 de junho de 2017

Antonio Chavaglia
Presidente Conselho Administração
CPF 025.686.831-04

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro
Diretor Operacional
CPF 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro
Contador CRC-GO 014853/O-7
CPF 280.739.338-10

DISCRIMINAÇÃO	1º SEMESTRE 2017	1º SEMESTRE 2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	48.273.512	45.222.851
Operações de Crédito	48.273.512	45.222.851
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(31.257.735)	(27.829.443)
Operações de Captação no Mercado	(13.824.688)	(14.852.829)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.876.914)	(3.363.288)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.556.133)	(9.613.326)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.015.777	17.393.407
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	16.625.636	11.294.827
Receitas de Prestação de Serviços	1.090.409	923.392
Rendas de Tarifas Bancárias	487.820	458.887
Outras Receitas Operacionais	30.300.132	24.168.389
Despesas de Pessoal	(7.804.422)	(6.672.077)
Outras Despesas Administrativas	(7.101.800)	(6.206.653)
Despesas Tributárias	(162.127)	(159.288)
Outras Despesas Operacionais	(184.377)	(1.217.822)
RESULTADO OPERACIONAL	33.641.413	28.688.235
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	25.048	743
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRES E PARTICIPAÇÕES	33.666.461	28.688.978
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(178.654)	(72.192)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	33.487.807	28.616.785

Rio Verde - GO, 30 de junho de 2017

Antonio Chavaglia
Presidente Conselho Administração
CPF 025.686.831-04

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro
Diretor Operacional
CPF 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro
Contador CRC-GO 014853/O-7
CPF 280.739.338-10

**DEMONSTRAÇÃO DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES DO
RESULTADO DO EXERCÍCIO - SOBRAS E PERDAS
1º Semestre de 2017 e 2016 (Em R\$)**

DESCRIÇÃO	1º SEMESTRE 2017	1º SEMESTRE 2016
1. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.487.807	28.616.785
2. REVERSÕES		
2.1. LEGAIS/ESTATUTÁRIAS		
- Utilização do FATES (treinamento, eventos)	763.181	478.566
- Resultado com terceiros (ao FATES)	(523.689)	(566.339)
- Rendas não Operacionais	-	-
- Juros ao Capital Social	-	-
SUB TOTAIS	33.727.298	28.529.013
SOBRAS LÍQUIDAS A DESTINAR	33.727.298	28.529.013
3. DESTINAÇÕES		
3.1. FUNDO DE RESERVA 35% das sobras (art. 72 Inc.I)	-	-
3.2. FATES 5% das sobras (art. 72 Inc.II)	-	-
3.3. FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL 60% das sobras (art. 72 Inc.III)	-	-

Rio Verde - GO, 30 de junho de 2017

Antonio Chavaglia
Presidente Conselho Administração
CPF 025.686.831-04

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro
Diretor Operacional
CPF 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro
Contador CRC-GO 014853/O-7
CPF 280.739.338-10

Canal de comunicação:
0800-725-0996



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1º Semestre de 2017 e Exercício 2016 (Em R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	ESTATUTÁRIA			
			F.A.C.	FUNLIQ		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2016	169.876.204	51.344.214	24.790.936	-	-	246.011.354
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES						-
REVERSÕES DE RESERVAS						-
AUMENTOS DE CAPITAL:						-
- Por Incorporação de Sobras	-					-
- Por Incorporação de Reservas	24.595.940	-	(24.790.936)	-		(194.996)
- Por Integralizações	7.577.424					7.577.424
- Incorporações Juros ao Capital Social	15.665.053				(15.792.113)	(127.060)
OUTROS EVENTOS:						-
- Retirada de capital	(6.061.801)					(6.061.801)
- IRRF sobre Juros ao Capital Social	(2.275.018)					(2.275.018)
- Recuperação de Crédito suportado pelo FUNLIQ		228.039				228.039
- Rendas Não Operacionais		8.507			(8.507)	-
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					62.945.413	62.945.413
Ajustes do FATES					(125.496)	(125.496)
DESTINAÇÕES:						-
- FATES					(2.350.965)	(2.350.965)
- Reserva Legal		14.105.789			(14.105.789)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (F.A.C.)			30.562.543		(30.562.543)	-
- Outros (Especificar)					-	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	209.377.801	65.686.549	30.562.543	-	0	305.626.893
MUTAÇÕES NO PERÍODO	39.501.597	14.342.335	5.771.608	-	0	59.615.539
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2017	209.377.801	65.686.549	30.562.543	-	0	305.626.893
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES						-
REVERSÕES DE RESERVAS						-
AUMENTOS DE CAPITAL:						-
- Por Incorporação de Sobras						-
- Por Incorporação de Reservas	30.388.353		(30.562.543)			(174.191)
- Por Integralizações	4.399.689					4.399.689
- Incorporações Juros ao Capital Social						-
OUTROS EVENTOS:						-
- Retirada de capital	(6.135.337)					(6.135.337)
- IRRF sobre Juros ao Capital Social						-
- Recuperação de Crédito suportado pelo Funliq						-
- Rendas Não Operacionais						-
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					33.487.807	33.487.807
Ajustes do FATES					239.491	239.491
DESTINAÇÕES:						-
- FATES						-
- Reserva Legal						-
- Fundo Para Aumento de Capital (F.A.C.)						-
- Outros (Especificar)		205.049				205.049
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 30/06/2017	238.030.506	65.891.598	-	-	33.727.298	337.649.402
MUTAÇÕES NO PERÍODO	28.652.705	205.049	(30.562.543)	-	33.727.298	32.022.509

Rio Verde - GO, 30 de junho de 2017

Antonio Chavaglia
Presidente Conselho Administração
CPF 025.686.831-04

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro
Diretor Operacional
CPF 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro
Contador CRC-GO 014853/O-7
CPF 280.739.338-10

Canal de comunicação
0800-725-0996



	1º Semestre 2017	1º Semestre 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.....	33.666.461	28.688.978
Contas de resultado credoras	80.178.079	70.776.326
Contas de resultado devedoras	(46.690.272)	(42.159.540)
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(178.654)	(72.192)
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	847.440	914.082
Despesas de depreciação e amortização.....	1.026.094	986.274
(Despesas de amortização)	(311.648)	(345.096)
(Despesas de depreciação)	(714.446)	(641.178)
Outros ajustes.....	(178.654)	(72.192)
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(178.654)	(72.192)
Reversão de juros sobre o capital próprio (Res. Bacen 2.379)	-	-
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	47.995.126	114.519.339
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.770.380	40.469.000
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências.....	(30.911.524)	(24.680.026)
Relações interfinanceiras	-	-
Relações interdependências	-	-
Relações interfinanceiras	(15.415.404)	(3.394.321)
Relações interdependências	(15.496.120)	(21.285.704)
Operações de crédito.....	13.424.972	62.622.028
Operações de crédito	(13.424.972)	(62.622.028)
Outros créditos.....	(247.100)	718.890
Outros créditos	247.100	(718.890)
Outros valores e bens.....	(76.250)	(107.883)
Outros valores e bens	76.250	107.883
Depósitos.....	85.784.297	120.412.324
Depósitos	85.784.297	120.412.324
Obrigações por operações compromissadas	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses.....	-	(225.238)
Empréstimos no país - instituições oficiais	-	-
Empréstimos no país - outras instituições	-	(225.238)
Empréstimos no exterior	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outras obrigações.....	(5.208.890)	(3.751.756)
Outras obrigações	(5.208.890)	(3.751.756)
Receitas de exercícios futuros	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	82.509.028	144.122.399
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação e Baixa de imobilizado de uso.....	12.891	2.064
Aquisição de investimentos.....	(1.563.005)	(1.665.170)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(266.096)	(2.856.844)
Aplicação no intangível.....	(153.654)	(247.486)
Outros ajustes.....	-	(66.944)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.969.864)	(4.834.381)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais:	(1.465.298)	(2.267.326)
Aumento/(redução) de capital.....	(1.909.839)	(2.363.523)
Aumento/(redução) de capital	(1.909.839)	(2.363.523)
Reservas de sobras.....	205.049	183.970
Reservas de sobras	205.049	183.970
Sobras ou perdas acumuladas.....	239.491	(87.773)
Sobras ou perdas acumuladas	239.491	(87.773)
Despesas de juros ao capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.465.298)	(2.267.326)
TOTAL DO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	79.073.865	137.020.692
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	79.073.865	137.020.692
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	215.952.064	202.959.316
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	295.025.930	339.980.008

Rio Verde - GO, 30 de junho de 2017

Antonio Chavaglia
Presidente Conselho Administração
CPF 025.686.831-04

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro
Diretor Operacional
CPF 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro
Contador CRC-GO 014853/O-7
CPF 280.739.338-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30/06/2016 E 30/06/2017 (EM R\$)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – Sicoob Credi-Rural, é uma cooperativa singular com sede na cidade de Rio Verde - GO, Instituição Financeira não bancária, integrante do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, filiada da Cooperativa Central de Crédito de Goiás – Sicoob Goiás Central e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A.

O Sicoob Credi-Rural possui Postos de Atendimentos - PA's nos municípios de Rio Verde, Jataí, Acreúna, Paraúna, Montividiu, Indiara, Santa Helena de Goiás, Iporá, São Luis de Montes Belos, Caiapônia, Edéia, Catalão e Jandaia. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Amorinópolis, Aporé, Baliza, Aragarças, Arenópolis, Bom Jardim, Bom Jesus de Goiás, Castelândia, Cezarina, Chapadão do Céu, Diorama, Doverlândia, Edealina, Firminópolis, Goiatuba, Ivolândia, Maurilândia, Montes Claros de Goiás, Palestina, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Piranhas, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna, Serranópolis, Turvelândia, e outros municípios que vierem ser desmembrados dos ora citados.

O Sicoob Credi-Rural é constituído com o objetivo precípua de:

- * Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados;
- * Estimular a pesquisa e promover as atividades de proveito econômico de seus associados;
- * Proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados, com a finalidade de promover a qualidade e a produtividade em suas atividades de proveito econômico;
- * Promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados e seus familiares e dos empregados da Cooperativa;
- * Prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição financeira.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) As demonstrações financeiras foram estruturadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades financeiras, observando-se as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), na Lei nº. 4.595/64, que rege o sistema financeiro nacional, na Lei nº. 5.764/71, que rege as sociedades cooperativas e na Lei Complementar nº. 130/2009, bem como de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil.
- b) O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo BACEN:

CPC nº	Assunto	Deliberação nº CVM	Resolução
01 - R1	Redução ao valor recuperável de ativos	639/10	3.566/2008 CMN
03 - R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	641/10	3.604/2008 CMN
04 - R1	Ativo Intangível	644/10	1303/2010 CFC
05 - R1	Divulgação das Partes Relacionadas	642/10	3.750/2009 CMN
24	Eventos Subsequentes	593/09	3.973/2011 CFC
25	Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	594/2009	3.823/2009 CMN
26 - R1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	676/11	1.376/2011 CFC

- c) Em face de ausência de disposições normativas exaradas pelo Banco Central do Brasil deixamos de observar conceitos e terminologia própria das sociedades cooperativas estabelecidas na NBC-T 10.8.
- d) Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, padrão monetário vigente, desprezados as frações de centavos.

NOTA 03 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Observados os preconizados pela Resolução 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, e alterações posteriores, destacando-se as seguintes principais práticas contábeis:

a - Regime Contábil

As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades do Sicoob Credi-Rural são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pós - fixadas estão atualizadas até a data do balanço e as operações com taxas pré - fixadas estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas inerentes a períodos futuros foram registradas em contas redutoras.

b - Correção Monetária das Demonstrações Contábeis

Deixamos de reconhecer nas demonstrações contábeis, os efeitos inflacionários decorrente da perda do poder aquisitivo da moeda nacional, em cumprimento à determinação contida no artigo 4º da Lei 9.249/95 e Circular 2.682/96 do Banco Central do Brasil, devendo esta restrição ser considerada nas análises das informações condensadas.

c – Caixa e equivalência de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e liquidez imediata no prazo de vencimento de até 90 dias.

d – Operações de Crédito

As operações de crédito são apresentadas conforme preconizado pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999, e Resolução CMN/BACEN 2.697, de 24.02.2000, considerando eventuais períodos de inadimplência, riscos e perdas na realização, conforme letra “e” da nota explicativa 6.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco, sendo que as vencidas e não pagas há mais de 180 (cento e oitenta) dias são classificadas como de risco nível H, sendo constituída provisão para perdas de 100% (cem por cento) dos respectivos valores.

As receitas oriundas das operações vencidas a mais de 60 (sessenta) dias somente são reconhecidas como realizadas quando efetivamente recebidas.

Após 6 (seis) meses da classificação no nível de risco H, as operações são baixadas contra a provisão existente, transferidas para prejuízo, sendo controladas no grupo de contas de compensação.

Os Adiantamentos a Depositantes estão sendo transferidos para o prejuízo, controlados no grupo de contas de compensação, de acordo com os prazos estabelecidos pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

e – Provisão para Perdas em Operações de Crédito

As provisões para perdas em operações de crédito foram constituídas com base no disposto nas Resoluções CMN/BACEN 2.682/1999 e 2.697/2000, bem como critérios internos, sendo seu somatório considerado pela administração suficiente para fazer face as prováveis perdas na realização dos créditos, cobrindo assim:

- 100% (cem por cento) das operações de crédito vencidas a mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- 100% (cem por cento) dos adiantamentos a depositantes não cobertos a mais de 30 (trinta) dias, conforme Resolução do Sicoob Confederação nº. 30;
- Percentual variável sobre os créditos de curso normal e anormal, conforme preconizado na Nota 6, letra “e”, item “I”.

Também está sendo constituída a provisão para perdas da Carteira de Repasse e Cartão de Crédito de acordo com nível de risco do associado, conforme percentual estabelecido pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

NOTA 04 – DISPONIBILIDADES

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

DISPONIBILIDADES	30/06/2017	30/06/2016
Caixa	2.435.008	2.321.715
Depósitos Bancários	-	432.426
TOTAL	2.435.008	2.754.141

NOTA 05 – RELACIONES INTERFINANCEIRAS

As aplicações em depósitos interfinanceiros ligadas são aplicações junto ao BANCOOB e as aplicações em depósitos interfinanceiros não ligadas são aplicações junto ao BANCO DO BRASIL

S/A. Os valores da centralização financeira são mantidos no SICOOB GOIÁS CENTRAL, em rubrica específica em cumprimento à Circular BACEN 3.238 de 17.05.2004.

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30/06/2017	30/06/2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Ligadas	114.180.325	40.469.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não Ligadas	1.271.478	-
Centralização Financeira	292.590.922	337.225.867
TOTAL	408.042.724	377.694.868

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Resumo

Operações de Crédito	30/06/2017	30/06/2016
CURTO PRAZO		
Empréstimos e Títulos Descontados	152.069.833	105.353.728
Financiamentos	26.358.484	28.745.862
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	217.479.088	217.631.515
(Receitas a Apropriar)	(15.955.473)	(15.738.704)
(Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa)	(28.080.872)	(19.966.828)
Total Curto Prazo	351.871.060	316.025.572
LONGO PRAZO		
Empréstimos	4.219.823	1.728.833
Financiamentos	24.917.271	18.433.088
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	14.450.733	14.892.894
(Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa)	(3.073.399)	(2.183.674)
Total do Longo Prazo	40.514.428	32.871.142
TOTAL DA CARTEIRA	392.385.488	348.896.714

b) Composição da Carteira de Crédito por Setor de Atividade

Setor de Atividade	30/06/2017	30/06/2016
Setor Privado		
Pessoa Física	173.743.660	102.367.346
Pessoa Jurídica	23.936.513	43.711.315
Rural	226.045.511	225.167.374
TOTAL	423.725.684	371.246.035

c) Composição da Carteira de Crédito por Níveis de Risco

Apresentação líquida das receitas inerentes a períodos futuros, as quais encontram-se registradas em contas redutoras do ativo.

Carteira					
Risco	Empréstimos e Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2017	Total em 30/06/2016
AA	3.854	-	-	3.854	60.164
A	4.697.043	917.702	11.860.253	17.474.999	14.070.463
B	76.611.381	30.622.142	183.020.841	290.254.364	269.805.382
C	31.920.531	10.129.369	24.351.116	66.401.017	40.788.973
D	5.645.641	133.413	4.511.204	10.290.258	9.555.802
E	3.209.271	699.917	1.287.935	5.197.123	19.718.844
F	7.771.379	1.767.213	128.341	9.666.933	7.258.951
G	13.057.345	4.975.867	539.706	18.572.917	7.410.259
H	5.287.036	231.070	346.115	5.864.221	2.577.197
TOTAL	148.203.481	49.476.692	226.045.511	423.725.684	371.246.035

Dentro da Carteira por Nível de Risco contém o registro dos Outros Créditos que é composto pelos Avais e Fianças Honrados pela Cooperativa que neste caso estão representados pelos cartões de crédito em atraso no valor de R\$ 86.640 (oitenta e seis mil seiscentos e quarenta reais), e operações de repasses do BNDES no valor de R\$ 99.285 (noventa e nove mil duzentos e oitenta e cinco reais), perfazendo o valor de R\$ 185.925 (cento e oitenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco reais), que também está discriminado na nota 7 - Outros Créditos.

d) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

I – VENCIDAS

Setor Privado				
Dias	Empréstimos, Tít. Descontados e Financiamentos	Crédito Rural	Total em 30/06/2017	Total em 30/06/2016
De 1 a 60	10.349.955	1.108.318	11.458.274	2.398.853
Entre 61 e 180	3.454.702	95.289	3.549.991	12.863.026
Entre 181 e 360	230.640	189.465	420.104	530.391
Acima de 361	25.333	-	25.333	7.627
TOTAL	14.060.630	1.393.072	15.453.702	15.799.897

II – VINCENDAS

Setor Privado				
Dias	Empréstimos, Tít. Descontados e Financiamentos	Crédito Rural	Total em 30/06/2017	Total em 30/06/2016
Até 180 dias	99.925.250	84.813.412	184.738.663	176.946.107
Entre 181 e 360	54.557.198	125.388.294	179.945.492	143.445.216
Acima de 361	29.137.095	14.450.733	43.587.827	35.054.815
TOTAL	183.619.543	224.652.439	408.271.982	355.446.138

e) Provisão para Perdas em Operações de Crédito

I – CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Provisão					
Risco	Valor da Carteira	Percentual Requerido	Percentual Constituído	Valor em 30/06/2017	Valor em 30/06/2016
AA	3.854	0,00%	0,00%	-	-
A	17.474.999	0,50%	0,50%	87.375	70.352
B	290.254.364	1%	1%	2.902.544	2.698.054
C	66.401.017	3%	3%	1.992.031	1.223.669
D	10.290.258	10%	10%	1.029.026	955.580
E	5.197.123	30%	30%	1.559.137	5.915.653
F	9.666.933	50%	50%	4.833.466	3.269.475
G	18.572.917	70%	70%	13.001.042	5.187.181
H	5.864.221	100%	100%	5.864.221	2.577.197
TOTAL	423.725.684	***	***	31.268.841	22.257.162

II – EVOLUÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Carteira	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos e títulos descontados	21.587.428	10.184.580
Financiamentos	5.435.790	3.390.748
Financiamentos Rurais	4.245.624	8.681.835
TOTAL	31.268.842	22.257.162

f) Recuperação de Créditos Baixados em Prejuízo

Operação	30/06/2017	30/06/2016
Saldo no Início do Período	9.168.281	7.659.631
Renegociação	-	-
Recebimento	6.287.976	668.752
Baixa como Prejuízo	10.599.262	2.042.187
Saldo no Final do Período	13.479.567	9.033.066

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS

ATIVO	30/06/2017	30/06/2016
Circulante	727.309	500.261
Outros Créditos	727.309	500.261
Créditos Avais e Fianças Honrados	185.925	198.819
(-) Provisão para Outros Créditos (*)	(116.002)	(108.091)
Rendas a receber	45.753	101.232
Adiantamentos e Antecipações Salariais	84.894	117.319
Adiantamentos p/ Pgtos de Nossa Conta	28	-
Adiantamentos por conta de Imobilizações (**)	375.174	104.126
Impostos e Contribuições a Compensar	1.352	-
Títulos e Créditos Receber	6.815	7.314
Devedores Diversos	143.368	79.542
Não Circulante	922.237	921.785
Devedores por depósito em garantia (***)	920.354	920.354
Outros	1.883	1.431
TOTAL	1.649.546	1.422.046

(*) Créditos Avais e Fianças Honrados já mencionado na nota 6.c são os cartões e repasses honrados pela cooperativa quando não liquidado pelo associado, que compõe a carteira de crédito da Cooperativa registrado em nome do associado devedor, constitui-se provisão para perda deste valor registrado no montante de R\$ 116.002 (cento e dezesseis mil e dois reais), no período em análise.

(**) O registro de adiantamento por conta de imobilização refere-se a instalação do CDOC – Centro de Documentação, para atendimento aos quesitos de segurança das informações e organização de arquivos físicos, que no prazo de instalação para utilização serão reclassificados para ativos intangíveis.

(***) O montante de R\$ 920.354 (novecentos e vinte mil, trezentos e cinquenta e quatro reais), registrado como “Devedores por depósitos em Garantia”, refere-se exclusivamente a depósito judicial de ação movida contra a Receita Federal em contestação a intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre ato cooperativo, que tramita nas esferas competentes.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**Despesas Antecipadas**

Refere-se a despesas a incorrer em exercícios futuros, tais como: material em estoque de almoxarifado e despesas antecipadas de prêmios de seguros e outros.

Outros Valores e Bens	30/06/2017	30/06/2016
Material em Estoque - Almoxarifado	33.270	17.741
Despesas Antecipadas	515.462	321.420
TOTAL	548.731	339.161

NOTA 09 – ATIVO NÃO CIRCULANTE**a) Realizável a Longo Prazo**

O montante registrado como realizável a longo prazo, reflete os valores a receber da carteira de empréstimos (nota 6 “a”).

b) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

CONTA	30/06/2017	30/06/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito	8.938.427	8.339.867
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. Crédito	13.368.155	10.106.918
Outros Investimentos	31.850	31.850
TOTAL	22.338.432	18.478.635

Representado basicamente pelo montante de 7.277.781 (sete milhões, duzentas e setenta e sete mil, setecentas e oitenta e uma) ações, do Tipo PN, do BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A e, 8.938.427 (oito milhões, novecentas e trinta e oito mil, quatrocentas e vinte e sete) cotas de capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), da Cooperativa Central de Crédito de Goiás – Sicoob Goiás Central.

c) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95. As depreciações foram apuradas pelo método linear, considerando a vida útil estimada para cada bem, observados os limites e taxas anuais admitidos pela legislação tributária vigente.

As imobilizações em curso são registradas pelos custos já incorridos.

CONTAS	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	SITUAÇÃO LÍQUIDA 30/06/2017	SITUAÇÃO LÍQUIDA 30/06/2016	TAXA DEPRECIACÃO a.a.%
Imobilizações em Curso	1.098.873	-	1.098.873	689.230	0
Imóveis de uso	10.838.568	(790.973)	10.047.595	10.087.955	4
Instalações	2.563.326	(744.560)	1.818.766	2.029.008	10
Aparelhos de Refrigeração	476.134	(208.412)	267.722	301.021	10
Máquinas e Equipamentos	264.486	(106.764)	157.723	113.433	10
Mobiliários	1.198.173	(539.489)	658.684	735.701	10
Biblioteca	840	(840)	-	-	10
Sistema de Comunicação	200.275	(48.480)	151.795	143.745	10 e 20
Sist. Proces. de Dados	3.489.565	(2.787.126)	702.439	1.128.953	20
Sist. Vigil. Segurança	550.482	(199.349)	351.134	368.657	10
Sistema de Transportes	661.157	(435.726)	225.431	299.941	20
TOTAL	21.341.880	(5.861.720)	15.480.160	15.897.643	***

d) Intangível

Os Direitos de uso de Software são contabilizados em ativos intangíveis e suas amortizações

realizadas ao longo de sua vida útil.

CONTAS	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SITUAÇÃO LÍQUIDA 30/06/2017	SITUAÇÃO LÍQUIDA 30/06/2016	TAXA AMORTIZAÇÃO a.a %
Ativos Intangíveis	3.469.827	(2.107.002)	1.362.825	1.642.778	10

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Embora tenha sido efetuado em parte o teste de recuperabilidade dos ativos, acredita-se que não haveria necessidade de provisão para perda na recuperação de ativos pelas seguintes razões:

I) Dos investimentos não circulantes, avaliados ao custo por não estarem sujeitos ao MEP, 59,84% são representados por ações do BANCOOB, não havendo qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis, já que o valor patrimonial da ação em 30/06/2017 foi de R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos) e o custo das ações foi em média R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos), e 40,01% por cotas da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. - SICOOB GOIÁS CENTRAL, a qual apresenta em suas demonstrações financeiras indicativos de ser uma instituição fortemente sólida e com alta liquidez.

II) No imobilizado o teste aplicado nos terrenos, edificações e veículos, ocorre anualmente no final do exercício, onde os valores encontrados são compatíveis com os registrados na contabilidade.

Por fim, dado ao fato que o somatório desses ativos representa apenas 4,64% do total de ativos, acredita-se que a provisão para perda com eventual ativo que esteja desvalorizado não impactaria significativamente nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Referem-se aos depósitos à vista e aos depósitos a prazo que são os valores em conta corrente e as aplicações financeiras respectivamente dos associados, conforme discriminação a seguir:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à vista	96.600.103	103.819.002
Depósito a prazo	182.581.580	154.825.106
TOTAL	279.181.683	258.644.108

NOTA 11 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) que foram emitidas pela Credi-Rural com o prazo de 12 (doze) meses. São títulos vinculados a direitos creditórios (garantia) originários do agronegócio mantidos na carteira da própria Cooperativa e de exigibilidade imediata. Todas LCA assim como seus direitos creditórios estão de acordo com as regras do sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	30/06/2017	30/06/2016
LCA - Juros variáveis	Juros mensais de 84% a 92% do CDI	106.502.532	112.986.337

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Repases Interfinanceiros

Refere-se a recursos obtidos junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados por meio de operações de financiamentos de custeio e investimento rural. Os repases aos associados não são acrescidos de comissão de intermediação, sendo que o montante captado foi repassado aos associados nas mesmas condições da captação, conforme discriminação a seguir:

OPERAÇÕES DE REPASSES - Classificadas no Passivo Circulante

Cedente	Data da Operação	Valor da Operação	% Taxa Juros A.A	Vencimento	Saldo em 30/06/2017
Bancoob	2013	10.000.000,00	5,50%	2018	1.994.509,09
Bancoob	2016	3.255.000,00	8,75%	2017	3.565.845,39
Bancoob	2016 e 2017	84.035.000,00	9,50%	2017	86.537.788,80
Bancoob	2017	279.130,13	10,40%	2019,2020,2021 e 2022	279.082,84
Bancoob	2017	6.576.354,56	10,80%	2018,2019,2020 e 2022	6.612.111,96
Recursos do Bancoob					98.989.338,08
Despesas à Apropriar					(4.052.888,65)
Repases Interfinanceiros					103.042.226,73

As garantias prestadas são representadas por avais da própria Diretoria Executiva

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAIS

O valor de R\$ 340.950 (trezentos e quarenta mil, novecentos e cinquenta reais) refere-se a recursos dos associados da cooperativa, movimentados por meio de ordens de pagamento que não foram compensados até a data de 30/06/2017.

RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	30/06/2017	30/06/2016
Ordens de Pagamento	-	340.950
Total	-	340.950

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS

Empréstimos juntos ao Sicoob Goiás Central utilizado para compra das ações do Bancoob foi liquidado em outubro de 2016.

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	30/06/2017	30/06/2016
Cooperativa Central de Crédito de Goiás	-	150.251
TOTAL	-	150.251

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Refere-se à retenção de Imposto Sobre Operações Financeiras (operações de crédito e aplicações financeiras).

IOF a Recolher	30/06/2017	30/06/2016
Operações de Crédito	100.526	34.048
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	11.595	9.146
TOTAL	112.121	43.194

b) Sociais e Estatutárias

I – FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL - FATES

Atendendo a determinação do Banco Central do Brasil, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES encontra-se registrado no Passivo Circulante, apresentando um saldo de R\$ 11.079.429 (onze milhões setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais), tendo sido constituído conforme abaixo demonstrado:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo no início do período	11.318.921	8.842.460
Utilização no Período	(763.181)	(478.566)
Destinação Resultado com terceiros	523.689	566.339
Saldo no final do período	11.079.429	8.930.233

II – COTAS DE CAPITAL A PAGAR

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Cotas de capital a pagar	3.300.164	4.074.833

O valor de R\$ 3.300.164 (três milhões trezentos mil, cento e sessenta e quatro reais) refere-se a cotas de capital a devolver de associados demitidos, eliminados ou excluídos no decorrer do atual e de exercícios anteriores.

c) Fiscais e Previdenciárias

Referem-se a obrigações fiscais e previdenciárias (impostos e contribuições incidentes sobre o resultado, faturamento, serviços de terceiros, salários e honorários):

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições s/ Lucros	30.097	34.693
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	44.855	48.902
Impostos e Contribuições s/ Salários	450.589	403.337
Outros	237.373	76.461
TOTAL	762.913	563.393

d) Diversas**I – PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR**

Referem-se a provisão para pagamentos a efetuar, conforme composição abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Cheques Administrativos	77.152	119.634
Fornecedores (*)	44.678	455.540
Salários e Vencimentos	471.534	526.788
Provisão p/ Pg. de Despesas com Pessoal	2.106.987	1.678.017
Provisão p/ Pg. de Outras Despesas Administrativas	214.474	255.686
TOTAL	2.914.826	3.035.665

(*) O montante de R\$ 44.678 (quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais) registrado como “Fornecedores”, refere-se instalação, e configuração do Projeto Fortigate (Firewall de Contingência), aquisição de equipamentos informática micro e notebook, material gráfico (folders), material de expediente e honorários advocatícios.

II – CREDORES DIVERSOS

Rubrica composta pelas contas abaixo relacionadas. Representam obrigações do Sicoob Credi-Rural para com terceiros e para com seus associados.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Pendências a regularizar	35.949	31.677
Diferença de caixa	5.437	5.689
Pendências a regularizar Bancoob	170	200
Créditos de terceiros	10.610	6.496
Cooperativa Central	43.167	34.663
Saldo Credores – Encerramento c/c	3.972	-
Outros	2.393	1.821
Cheques depositados (*)	459.857	135.536
Credores Diversos – Liquidação Cobrança	42.571	6.807
TOTAL	604.126	222.890

(*) O montante registrado como cheques depositados, refere-se a cheques da carteira de desconto

de títulos e que só serão compensados no início do período seguinte.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Outros Passivos Contingentes	688.933	678.433
PIS - Depósito Judicial	281.568	268.762
COFINS – Depósito Judicial	920.354	920.354
Provisão para Garantias Prestadas (*)	1.255.525	1.199.923
TOTAL	3.146.379	3.067.472

A legalidade da exigência de recolhimento da COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e do PIS – Programa de Integração Social está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do Sicoob Goiás Central, através de mandado de segurança aforado pelas mesmas, com pedido de liminar.

Em primeira instância, a segurança foi parcialmente concedida, tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade da cobrança da COFINS sobre a receita de atos cooperativos, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros, cujos recolhimentos a cooperativa efetua tempestivamente.

No caso do PIS, a liminar requerida pelas cooperativas foi negada em 08/08/2000. Inconformadas, as cooperativas interpuseram recurso de apelação e no julgamento realizado em 15 de maio de 2009, a 8ª Turma do TRF da 1ª Região deu provimento ao recurso manejado, afastando assim a incidência do PIS sobre o ato cooperativo.

Apesar da decisão ainda comportar recurso, a Fazenda Nacional está impedida de autuar, lançar e cobrar PIS e COFINS das cooperativas de crédito do Sicoob Goiás Central. Quando esta decisão tornar-se definitiva, as cooperativas terão direito de pleitear o ressarcimento à Fazenda Nacional dos depósitos efetuados a título de COFINS, quanto ao PIS, não foi efetuado depósito para o mesmo, no entanto se encontra provisionado pelo principal e atualizado dos encargos incidentes.

(*) As provisões para as garantias prestadas refere-se a provisão das operações de repasse e cartão de crédito, constituída a partir de setembro de 2015.

Em virtude de existir processos judiciais em desfavor da Cooperativa, conforme Relatórios de andamentos processuais emitidos pelos escritórios: Advocacia Marciano, Leão & Maffissoni Advogados Associados SS, e Advogado Dr. Cairo Augusto Gonçalves Arantes OAB/12.974, ambos da referência junho de 2017, atendendo o que determina a CPC (Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis), número 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos a seguir os processos classificados como possíveis de perda pela cooperativa.

Processos citados e provisionados:

- Processo 201303412815 e 201301939387, tratam de pleito indenizatório (acidente de trânsito), sendo possível que as partes contrárias à Cooperativa consigam êxito, embora valores sejam uma incógnita. Há que se considerar, ainda, envolvimento de seguradora

(Mapfre), onde parte da quantia estabelecida em juízo será arcada por esta empresa. Cabe ainda destacar que foi realizada provisão na rubrica “Outros Passivos”, no passivo não circulante na data de 15/02/2016 como segue: Processo nº 201303412815 no valor de R\$ 510.600,00 (quinhentos e dez mil, seiscentos reais) e Processo nº 201301939387 no valor de R\$ 161.313,60 (cento e sessenta e um mil, trezentos e treze reais e sessenta centavos).

- Processo 201400887881, Embargo de Terceiros, resguardando os direitos de penhora de imóvel, foi realizada provisão na rubrica “Outros Passivos”, no passivo não circulante na data de 15/02/2016, no valor de R\$ 6.519,21 (seis mil, quinhentos e dezenove reais e vinte um centavo).
- Processo 00106415320165180101, trata-se de Reclamação Trabalhista, responsabilidade subsidiária, foi realizada provisão na rubrica “Outros Passivos”, no passivo não circulante na data de 31/03/2017, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
- Processo 00105268620175180104, trata-se de Reclamação Trabalhista, foi realizada provisão na rubrica “Outros Passivos”, no passivo não circulante na data de 30/06/2017, no valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Processos citados:

- Processo 201403295306, Natureza: Prejuízo em reparação de danos.
- Processo 201600261200, Natureza: Anulatória de aval.
- Processo 51557370920168090135, Natureza: Indenização.
- Processo 51404364820168090094, Natureza: Indenização.
- Processo 00101956720175180181, Natureza: Indenização.
- Processo 2607970420168090023, Natureza: Indenização Cível
- Processo 465743020168090023, Natureza: Indenização Cível.
- Processo 52973358620168090090, Natureza: Indenização Cível.
- Processo 51632721620178090147, Natureza: Indenização Cível.

NOTA 17 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme o que preconiza o CPC (Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis) número 24 - Eventos Subsequentes, aprovado em 17/07/2009, o Sicoob Credi-Rural optou por complementar a provisão de processos, na rubrica “Outros Passivos”, no passivo não circulante na data de 03/07/2017 conforme segue:

- Processo 00105268620175180104, trata-se de Reclamação Trabalhista, foi realizado um complemento na provisão, na data de 03/07/2017, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), portanto a provisão

Ainda, cabe destacar que o valor provisionado está embasado no relatório emitido pelo Dr. Cairo Augusto Gonçalves Arantes OAB/12.974, datado de 05 de Julho de 2017, sendo o mesmo classificado como Provável de Perda pela Cooperativa.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano está assim representado:

Nomenclatura	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	238.030.506	192.303.617
Capital de Domiciliados no País	238.506.213	192.671.500
(-) Capital a Realizar	(475.708)	(367.884)
Reserva de Sobras	65.891.598	51.528.184
Reserva Legal	65.891.598	51.528.184
Sobras ou Perdas do 1º Semestre	33.487.807	28.616.785
Ajuste ao Fates	239.491	(87.773)
Total (PL)	337.649.402	272.360.813

O Capital Social, constituído por cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), representa a integralização de 6.385 (seis mil trezentos oitenta e cinco) associados. Cada associado possui 01 (um) voto, independentemente da quantidade de cotas que o mesmo detenha; sendo este pessoal e intransferível.

NOTA 19 – SOBRAS LÍQUIDAS

As sobras líquidas ao final do 1º semestre de 2017 importam em R\$ 33.727.298 (trinta e três milhões setecentos e vinte e sete mil, duzentos e noventa e oito reais) e estão assim demonstradas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Resultado do semestre	33.487.807	28.616.785
Adição ao resultado – Reversão FATES	763.181	478.566
Resultado com terceiros (ao FATES)	(523.689)	(566.339)
Sobras Ajustadas	33.727.298	28.529.013

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no semestre findo em 2017:

a) Saldos e transações com o pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Principais saldos	30/06/2017	% em relação ao total
Ativo		
Operações de Crédito	16.851.978	3,855%
Passivo		
Depósitos à vista	2.870.159	2,968%
Depósitos a prazo	9.285.435	5,119%
LCA	11.146.499	10,466%
Patrimônio líquido		
Capital Social	9.150.199	3,844%

b) Saldos e transações com a gerência, assessoria e superintendência

Principais saldos	30/06/2017	% em relação ao total
Ativo		
Operações de Crédito	134.306	0,031%
Passivo		
Depósitos à vista	30.067	0,031%
Depósitos a prazo	203.838	0,112%
LCA	804.049	0,755%
Patrimônio líquido		
Capital Social	369.090	0,155%

NOTA 21 – GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de junho de 2017, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.255.525 (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais), referentes a aval prestado em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A Cooperativa constitui provisão de risco de acordo com nível de risco dos associados tomadores das operações de repasses.

Nível de Risco	30/06/2017			30/06/2016		
	Saldo das Operações	%	Provisão Risco	Saldo das Operações	%	Provisão Risco
Nível AA	12.686	-	-	175.544	-	-
Nível A	22.760.182	0,5%	113.801	24.090.139	0,5%	120.451
Nível B	52.426.909	1%	524.269	43.582.927	1%	435.829
Nível C	4.565.635	3%	136.969	3.707.074	3%	111.212
Nível D	1.059.724	10%	105.972	1.147.607	10%	114.761
Nível E	131.368	30%	39.410	640.857	30%	192.257
Nível F	328.779	50%	164.389	91.636	50%	45.818
Nível G	242.577	70%	169.804	256.564	70%	179.595
Nível H	910	100%	910	-	100%	-
TOTAL	81.528.769		1.255.525	73.692.349		1.199.923

NOTA 22 – PARTICIPAÇÃO NO FGCOOP

Conforme Circular BCB nº 3.700, Carta Circular nº 3.636, de 6 de março de 2014 foi criado o FGCoop – Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, que por orientações da CCI-082/2014 – Sicoob Confederação dispõe que toda cooperativa do Sicoob, contribuirá com o FGCoop.

NOTA 23 – ACORDO DE COMPENSAÇÃO

O valor de R\$ 66.502.593 (sessenta e seis milhões quinhentos e dois mil, quinhentos e noventa e três reais), trata-se de aplicações do Sicoob Credi-Rural junto ao Sicoob Goiás Central, objetos de Acordo de Compensação (ACO) em relação as operações da Cooperativa junto ao Bancoob, em cumprimento ao artigo 3º Resolução CMN 3.263/2005".

Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, operações de crédito no ativo e aplicações em depósitos a prazo, RDC, no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão demonstrados nas rubricas:
3.0.9.99.00.026-0 (6195-3) – Controle A.C.O Cooperativas x Bco (Quando Cooperativa Singular)
9.0.9.99.00.025-5 (6197-7) – Controle Acordos Compensação (Quando Cooperativa Singular)

Controle Acordos Compensação – Aplicações singulares na Central	30/06/2017	30/06/2016
Controle – A.C.O Cooperativas X Banco	66.502.593	3.966.890
TOTAL	66.502.593	3.966.890

NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do fluxo de caixa – DFC foi elaborada em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 3.604/2008, pelo método indireto, de acordo com o modelo anexo a CA-696/2008 do Sicoob Brasil.

Reconhecemos a exatidão das presentes demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017, cujo balanço patrimonial importa em R\$ 844.242.914 (oitocentos quarenta e quatro milhões duzentos e quarenta e dois mil e novecentos e quatorze reais).

Rio Verde – GO, 30 de junho de 2017.

Antonio Chavaglia
Presidente Conselho de Administração
CPF: 025.686.831-04

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF: 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro
Diretor Operacional
CPF: 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro
Contador CRC-GO 014853/O-7
CPF: 280.739.338-10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores do

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano –Sicoob Credi-Rural

Rio Verde - GO.

Prezados Senhores;

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano –Sicoob Credi-Rural**, levantado em 30 de junho de 2017 que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano –Sicoob Credi-Rural** e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei nº 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo,

Lei Complementar nº 130/2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Resolução BACEN nº 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos, aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e em conformidade com o disposto nas Resoluções CFC NBCTA 700, NBCTA 701, NBCTA 705 e NBCTA 706, todas de 17/06/2016 que normatizam os aspectos inerentes aos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como

um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 30/06/2016, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, datado de 19/08/2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis



A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei nº 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo, Lei Complementar nº 130/2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Resolução BACEN nº 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil em seus normativos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 10 de agosto de 2017.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/GO Nº 000757/O-6



VALDIR MENDONÇA ALVES
CONTADOR, CRC-GO 005944/O-4
SÓCIO – GERENTE DE AUDITORIA

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO**

Certidão n.º: GO/2017/00025381
Nome: VALDIR MENDONCA ALVES CPF: 125.914.751-72
CRC/UF n.º GO-005944/O Categoria: CONTADOR
Validade: 07.11.2017
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **125.914.751-72** Controle : **3614.3614.3928.3928**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, sigla Sicoob Credi-Rural, examinamos o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício – sobras e perdas, relativo ao período findo em 30 de junho de 2017, acompanhados das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e ainda das notas explicativas anexas. Nossos exames incluíram verificações nos controles internos e visitas aos entrepostos da Cooperativa, quando procedemos ao exame das operações realizadas durante o referido período, através de análise de documentos, lançamentos contábeis e ainda de conciliações físicas.

Com base nos exames, verificações, parecer da Auditoria Independente, somos de parecer que as demonstrações representam adequadamente a posição econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Credi-Rural, em 30 de junho de 2017, bem como o resultado do exercício.

Rio Verde - GO, 03 de agosto de 2017.

Adriano Popp

Armante Campos Guimarães Júnior

Carlos Roberto Marques Júnior

Henrique de Campos Citroni

Juzilane Carvalho Dias

Ricardo Martins Diniz

Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob - Ano 2017

1. Risco Operacional

- 1.1 As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- 1.2 O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- 1.3 As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- 1.4 Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- 1.5 Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

2. Riscos de Mercado e de Liquidez

- 2.1 O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- 2.2 Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 2.3 No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
- 2.4 No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- 2.5 Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

3. Risco de Crédito

- 3.1 O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- 3.2 Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 3.3 Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- 3.4 Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

4. Gerenciamento de Capital

- 4.1 A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- 4.2 Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 4.3 O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- 4.4 Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Rio Verde – GO, 30 de junho de 2017.

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor responsável pelo Gerenciamento dos Riscos
Operacional, de Mercado e de Liquidez, de Crédito e pelo
Gerenciamento de Capital